

CPMF

Sindicato quer fazer adesão nas fábricas

Os Comitês Sindicais e as Comissões de Fábrica negociam com as empresas a utilização de computadores ligados à internet nos lo-

cais de trabalho para fazer a adesão ao parcelamento da CPMF. Isso facilitará a vida dos trabalhadores que não dispõem de computadores.

Por isso, fique ligado no seu local de trabalho, converse com os representantes antes de procurar o Sindicato.

Parcelamento em 180 vezes

Os metalúrgicos poderão parcelar o que ficou atrasado da CPMF em até 180 meses, com pagamento mínimo mensal de R\$ 50,00. O pagamento do atrasado foi incluído no novo Refis (refinanciamento fis-

cal) ou no Paes (parcelamento especial), lei federal para pagamento parcelado de dívidas com a União.

Assim, haverá um abatimento de 50% da multa, prazo de até 180 vezes (15 anos) para pagar o valor

total e os juros e corrigida pela TJLP (índice menor que a inflação). A menor parcela a ser paga é de R\$ 50,00 (mínimo). O prazo para quitar a primeira parcela é 31 de julho.

Como fazer o pagamento

A maneira mais fácil é fazer a adesão ao parcelamento pela internet. É simples e rápido. Basta se cadastrar na página da **Procuradoria Geral da Fazenda**

Nacional e, se necessário, atualizar seu endereço no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

Na página da internet da **Receita Federal** você poderá imprimi-

mir uma guia de recolhimento (a DARF) e fazer o pagamento da primeira parcela em qualquer agência bancária com o valor mínimo de R\$ 50,00.

Veja os procedimentos

1) Acesse a página na internet - www.pgfn.fazenda.gov.br

2) Clique em opção pelo parcelamento especial da lei 10.684/2003

3) Clique em parcelamento especial - Pessoa Física

4) A mensagem é *Pedido de Parcelamento Especial - Pessoa Física*. Digite o número de seu CPF e a data de nascimento (não coloque pontos no CPF). Clique em *confirmar*.

5) Na tela seguinte, *PAES - Pedido de Parcelamento Especial* - confirme o parcelamento.

6) Depois, a confirmação e um lembrete de que você deverá pagar a primeira parcela até 31 de julho, de no mínimo R\$ 50,00 para o parcelamento ser homologado, e da necessidade do endereço estar atualizado para receber a senha na sua casa.

7) A primeira parcela, de R\$ 50,00 no mínimo deve ser paga até 31 de julho no formulário DARF. Ele pode ser adquirido numa papelaria ou impresso pela própria página da Receita Federal - www.receita.fazenda.gov.br, clicar em pagamento (*lado esquerdo da tela*), em seguida, clicar em *DARF comum para preenchimento manual*.

Como preencher o DARF

- No campo 01 escreva seu nome e telefone • No campo 03 escreva o número do seu CPF • No campo 04 escreva o código da receita - 7042
- No campo 10 o valor, que não pode ser inferior a R\$ 50,00 • Se quiser, no rodapé esquerdo da guia, escreva *Parcelamento Especial Lei 10.684/2003*

Peça ajuda

Fazer o parcelamento pela internet é a maneira mais fácil.

Se você não tem computador, veja na fábrica, com parentes ou vizinho quem pode te ajudar. A operação é rápida e fácil.

Avisos aos amigos

Muita gente que tem a CPMF atrasada não tem acesso à **Tribuna**, ou porque se aposentou ou porque saiu da fábrica. Avise o máximo de pessoas que você conhece sobre o parcelamento e lhe entregue esta Tribuna.

Atualização de endereço

Esteja atento para a atualização de endereço. Caso você tenha mudado recentemente ou após a entrega da declaração do Imposto de Renda, vá a uma das agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal para fazer a atualização. Não é possível fazer a atualização de endereço através da internet.

Atenção

O prazo final é 31 de julho

Tira dúvidas

De quanto é minha dívida

Quando optar pelo parcelamento, você ainda não conseguirá saber o valor do atrasado. Só quando você receber a senha em casa é que você poderá voltar à internet e saber o montante total do atrasado.

Vou pagar o que o banco me informou anteriormente?

Não. Naquela época só tinha o atrasado. No cálculo que a receita fará estão incluídos o acréscimo da TJLP (12% ao ano), mais metade da multa.

Posso só me cadastrar e não pagar a primeira parcela?

Não. Para o parcelamento ser aceito, a primeira parcela deverá ser paga até 31 de julho de no mínimo 50 reais.

Se não pagar a primeira parcela até 31 de julho e me cadastrar?

Mesmo cadastrado, o não pagamento da primeira parcela até 31 de julho implicará na perda do benefício previsto na lei, como metade da multa (a multa passa ser de 100%) e a TJLP de 12% será substituída pela taxa Selic (26%).

Se eu não concordar com o valor?

Se achar que está errado você terá 15 dias para reclamar num posto da Receita Federal (semana que vem a **Tribuna** publicará os endereços).

Qual deve ser a parcela mensal?

É no mínimo 50 reais. Se o seu atrasado for de 3 mil reais, será a mesma parcela durante 60 meses.

Posso pagar mais?

Pode. Se, por exemplo, for 500 reais, você paga a primeira de 50 reais e pode pagar as outras nove parcelas de 50 reais, ou três parcelas de 150 reais, ou uma de 150 reais e seis parcelas de 50 reais, ou cinco parcelas de 100 reais. Você escolhe a forma de parcelamento lembrando sempre que a prestação mínima é de 50 reais.

Tribuna Metalúrgica



Nº 1673 - Terça-feira, 8 de junho de 2003

4º CONGRESSO

Reforma quer o fim da máfia sindical

A pulverização de sindicatos pelo Brasil tem um motivo: virou um negócio milionário. Quem diz isso é o secretário nacional de Relações do Trabalho, Oswaldo Bargas. Nas suas contas são criados 600 sindicatos de trabalhadores e de patrões todo ano no País.

Bargas participou da plenária que debateu a reforma sindical, no último sábado. (Leia nesta edição um resumo das demais plenárias que aconteceram sábado no 4º Congresso).

Criar sindicatos, segundo o secretário, virou uma atividade mafiosa. E explica: "Pela lei basta uma ata e o sindicato está criado. A partir daí recolhe contribuições compulsórias sem sequer passar por uma assembleia. Depois, alguém contesta sua criação e esse sindicato pode ser vendido para resolver a demanda. E isso vale tanto para sindicatos de trabalhadores como patronais". Segundo ele, o Ministério do Trabalho tem informação de entidade sindical criada e depois vendida por 300 mil reais.

Representação

Segundo Bargas, a reforma sindical quer o fim dessa máfia e um ambiente de liberdade que garanta a atuação de sindicatos efetivamente representativos. "Temos de limpar toda a legislação atual e garantir a *representação da representatividade*. Na liberdade sindical poderão coexistir vários sindicatos. Mas o reconhecimento será daquele que negocia, que tem mais sócios, que luta e tem mais representação", afirmou.

O mesmo, previu o secretário, deverá valer para as centrais sindicais. "Hoje as centrais



Na mesa, Bargas entre Luiz Carlos (CSE Volks) e José Paulo, diretor do Sindicato

têm legitimidade, mas não são reconhecidas pela legislação. Já as confederações oficiais de trabalhadores existem na legislação, mas têm pouquíssima ou nenhuma representatividade", explicou.

Fórum

No mês que vem será instalado o Fórum Nacional do Trabalho, um organismo que vai negociar toda a mudança na estrutura sindical brasileira. Dele participarão empresários, trabalhadores e governo. A intenção é que o fórum mande para o Congresso Nacional uma proposta de

mudança já pronta, como expressão da vontade das partes interessadas.

Nesse sentido, Bargas acredita que os metalúrgicos do ABC têm uma contribuição significativa a dar para a reforma. "Vocês não podem se dar ao luxo de apenas assistir ao Fórum, porque os pelegos e os patrões estarão lá defendendo seus interesses. A categoria tem capacidade de mobilização para pressionar o Fórum e o governo a mudar. E o 4º Congresso é que poderá apresentar as propostas de mudanças", finalizou.

Atividades do 4º Congresso prosseguem

Veja a agenda de reuniões por fábrica e das plenárias temáticas do próximo final de semana e participe. Com você o Congresso tem mais qualidade.

Tire suas dúvidas sobre o parcelamento da CPMF. Página 4

Agenda do 4º Congresso

Participe das reuniões por empresa e leve a sua proposta.

- Kostal**
hoje - 10h30 e 16h - Diadema
- Selco**
hoje - 14h30 - Diadema
- AMA**
10 de julho - 14h - AMA
- Ford e Funcionários do Sindicato**
hoje - 16h30 - Sede
- Toyota, Asbrasil e Fris Moldu Car**
hoje - 17h30 - Sede
- Otis**
hoje - 18h - Sede
- Parasmo**
hoje - 18h - Diadema
- Metal Leve**
amanhã - 9h - Sede
- Mayekawa**
amanhã - 17h30 - Diadema
- AMA**
10 de julho - 14h - AMA
- Cofap**
10 de julho - 15h - Sede
- Forjados**
10 de julho - 15h - Diadema
- Siemens**
10 de julho - 17h - Diadema
- Backer**
10 de julho - 18h - Sede
- Plasflex**
11 de julho - 15h - Diadema
- Scania**
11 de julho - 16h - Sede
- Ife**
11 de julho - 16h - Diadema
- Arlen e Faparmas**
11 de julho - 16h30 - Diadema
- Sachs**
11 de julho - 17h - Sede
- Proema e Mark Peerless**
11 de julho - 17h - Diadema
- Ifer**
11 de julho - 17h30 - Diadema
- Rolls Royce**
11 de julho - 18h - Sede
- Delta, Esquadrimetal, Isringhausen e Ardeb**
11 de julho - 18h - Diadema
- Santo André**
Os trabalhadores nas empresas de Santo André e Mauá têm reunião no dia 11 de julho, às 17h, na Regional Santo André.
- Diadema**
Os trabalhadores nas empresas de Diadema sem Comitê Sindical têm reunião no dia 10 de julho, às 18h, na Regional Diadema.

Plenária tem 16 emendas sobre jovens, mulheres, negros e deficientes

A apresentação do grupo *Mão na Roda* com um balé dançado por deficientes físicos abriu o painel *As diferenças e igualdades de oportunidades*. A secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ministra Matilde Ribeiro, foi a primeira a falar, abordando a situação da mulher na sociedade brasileira. Luiz Soares da Cruz, o *Lulinha*, foi escolhido para se manifestar em seguida pela Comissão dos Portadores de Deficiência dos Metalúrgicos do ABC. Matilde Ribeiro retomou a palavra, desta vez para discorrer sobre o racismo, e o representante da Juventude Metalúrgica, Maicon Michel, encerrou o Painel.

Foram apresentadas 16 emendas. Algumas delas são: **Comissão de Mulheres** - cotas nas representações dos trabalhadores com progressividade; criação de espaço



Rosi, Lulinha e Matilde

para as militantes deixarem as crianças quando participarem de atividades na Sede; **Portadores de Deficiência** - cumprimento das cotas de contratação de deficientes pelas empresas, adequação dos ambientes para deficientes nas fábricas e na Sede; **Comissão Anti-Racismo** - pesquisa com os negros na cate-

goria para saber o que faz, quanto ganha, função que exerce etc; política de saúde para identificação e esclarecimento da anemia falciforme na categoria; **Juventude Metalúrgica** - jornal específico, desenvolvimento de projetos político-partidários-sindicais para formar jovens na direção sindical.

Ergonomia para adaptar o trabalho ao homem

A ergonomia não é uma ciência acabada e está em constante avanço. Mais do que "cadeirologia" (mudanças no posto de trabalho) a ergonomia tem se preocupado em adaptar o trabalho aos humanos, considerando também as sobrecargas cognitivas, ligadas à inteligência, e as afetivas, ligadas ao psíquico.

Estes foram algumas das questões discutidas pelo doutor Laerte Sznalwar, que também falou sobre a enorme pressão a que os trabalhadores estão submetidos e que está levando ao estresse, à depressão e consequentemente às doenças físicas.

Para recuperar a dignidade o trabalhador precisa ter o poder para decidir o que fazer (conteúdo do trabalho), quando fazer (jornada) e quanto fazer (produtividade). As propostas apresentadas na plenária foram no sentido do trabalhador ter condições dignas de trabalho que signifiquem melhor qualidade de vida.



Dr. Théo, do Sindicato; Dr. Laerte, da USP; Mauro, diretor do Sindicato; e Souza, CSE MBB

- intensificar os cursos de saúde aos dirigentes, militantes e cipeiros e criar Fórum de Cipeiros e Comissão de Saúde para qualificar a intervenção nas fábricas.
- aprofundar debate sobre assédio moral.
- definir um novo modelo de

CIPA na reforma sindical e trabalhista, reforçando a poder do cipeiro eleito pelos trabalhadores.

• instalação de comissões tripartites nas fábricas (trabalhador, empresa e governo) para avaliar as condições de trabalho e encaminhar soluções.

Acordo do Modercarga pode sair hoje

Projeto em negociação com o governo, montadoras e trabalhadores prevê o aumento do nível de emprego e outras garantias sociais

O governo Federal está disposto a liberar mais de R\$ 2 bilhões para o Modercarga, o projeto que estimula a venda de caminhões para profissionais autônomos e micro transportadoras, empresas que tenham apenas um caminhão. "A proposta está pronta. Só não pôde ser anunciada ainda porque os trabalhadores estão reivindicando dos fabricantes algumas garantias sociais", disse ontem o presidente



Para Feijóo, projeto gera empregos

do Sindicato, José Lopez Feijóo.

Ele justifica as demandas dos companheiros lembrando que o Modercarga é uma iniciativa do governo e, uma vez que o Poder Público vai investir recursos em sua realização, é legítimo que os trabalhadores reivindiquem igualdade das condições de trabalho nas diferentes plantas onde o projeto for aplicado.

Feijóo acredita que o Mo-

derfrota pode gerar mais de 100 mil empregos diretos e indiretos em toda a cadeia produtiva e de transporte do País em dois ou três anos. Sua expectativa é que a frota de caminhões aumente em 12 mil unidades ao ano, ou 18% do número atual. "São 350 mil potenciais clientes", explica.

Por isto, Feijóo teme qualquer fracasso do projeto por culpa de algumas fábricas que eventualmente não tiveram receptividade suficiente a ele. "Esperamos que haja sensibilidade para que um programa tão importante quanto este para o País não seja desperdiçado", alerta o dirigente.

Sindicato faz política industrial

No painel sobre *Política Industrial*, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Glaucio Arbix, explicou que são necessários quatro critérios básicos para a realização de uma política industrial séria pelo governo: **seletividade** - definição do que pretende; **verticalidade** - investimentos na infra-estrutura, formação de mão-de-obra, crédito etc.; **reciprocidade** - não entregar um tostão para as empresas se não tiver garantia de retorno; **duração definida** - estimular a produção por determinado período e depois deixar o incentivado caminhar por suas pernas.

"Política industrial é um conjunto articulado de medidas voltadas para o futuro. Por isto, antes de mais nada, precisamos definir o que queremos", afirmou Arbix. "Não podemos olhar só a produção, mas devemos integrá-la com o comércio



Arbix, da USP (em pé). Ao seu lado esquerdo, Sanches e Vagnão da Mercedes

exterior e o desenvolvimento tecnológico, fazendo escolhas com critérios definidos", prosseguiu. "Vivemos anunciando o fim do ABC, mas isto não acontecerá porque os trabalhadores estão capacitados e têm

boa formação. Por exemplo, quando pedem um produto novo e o Sindicato encampa esta reivindicação de forma sistemática, todos estão fazendo política industrial. Isto dá vida nova para a região", concluiu Arbix.

Agenda Plenárias

Mais quatro plenárias temáticas estão programadas para os dias 11 e 12, quando os trabalhadores vão apresentar propostas sobre os temas debatidos.

Dia 11 de julho - 18h - Sede

Reforma Tributária

Deputado Virgílio Guimarães, relator da projeto de emenda constitucional.

Dia 12 de julho - 9h - Sede

Seguridade alimentar e Fome Zero

Frei Betto, assessor da Presidência da República

Formação sindical, escolarização

e **qualificação profissional**
Artur Henrique, secretário de Organização da CUT Nacional
Alex Sgreccia, assessor do Departamento de Formação do Sindicato

Economia Solidária

Marcelo Maud, professor de Direito do Trabalho e advogado do Departamento Jurídico do Sindicato e da Unisol - União e Solidariedade das Cooperativas de São Paulo.

Palocci e Mercadante na Sede

Duas palestras sobre conjuntura estão programadas e todos devem comparecer:

Dia 18, às 18h, no 3º andar do Sindicato, o ministro da Fazenda Antonio Palocci vai falar sobre transição para um modelo de desenvolvimento.

Dia 25, às 18h, na abertura das plenárias finais, o senador Aloisio Mercadante vai falar sobre o Congresso e as reformas